

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 16/09/2014 - Edição 1124

TRT barra tentativa de pelegos de ressuscitar sindicato que traiu os vigilantes



Um mandato de segurança impetrado pela FESVINE e por ex-dirigentes do Sindvigilantes/RN contra o Juiz da 7ª Vara do Trabalho de Natal/RN foi enterrado pelo Desembargador José Barbosa Filho do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Norte. O Sindicato já tinha sido extinto pela categoria em 2011, que optou, com ampla participação pelo fim do Sindvigilantes e criação de dois sindicatos (mais de 1500 vigilantes votaram pela criação e eleição do Sindisegur e mais de 200 pela criação do Sindforte/RN).

Limpos e, de fato, representativos dos vigilantes, o patrimonial, o Sindisegur e um de transporte de Valores, o Sindforte/RN, os dois novos sindicatos, com seu efetivo

funcionamento (negociações, greves, defesa da categoria, etc.) tem dado conta e honrado os vigilantes. A justiça cuidou de fechar o Sindvigilantes. Este, nos últimos anos, servia apenas para encher os bolsos de seus dirigentes. Fazia acordos para vigilantes pagarem seguro de vida, autorizava empresas a pagar salario no dia 20, ao invés do 5º dia útil e o presidente servia de testemunha de empresa contra vigilante na justiça do trabalho. Tudo isto com o aval do grupo (Fesvine e ex-diretores) que tentou mais uma vez (e foi derrotado) ressuscitar o sindicato imprestável, querendo levar os trabalhadores (patrimonial e transporte de valores) de volta para o “chicote” do patrão e para o bolso de pelegos.

A Justiça disse NÃO. A CNTV apoia os vigilantes do RN e os seus verdadeiros sindicatos. Sindicato é para servir aos trabalhadores, não para servir-se destes.

Curiosidades:

Importaram um advogado de Minas Gerais para entrar com o malfadado mandado de segurança e, no mês passado, um ex-dirigente do Sindicato do Amazonas, escorraçado pela categoria, mais um buchudo do carro forte do Ceará com tempo e dinheiro vadio. Além disso, um trio de pelegos e equivocados do RN estavam na porta do Sindvigilantes. Por quais interesses se juntou gente de Minas, Amazonas e Ceará, além de parceiros de Ribeiro nesta empreitada contra os vigilantes do RN? **Olho aberto, vigilantes!**

Fonte: CNTV

Piso Nacional dos Vigilantes: A Luta já começou!

Acompanhe durante esta semana como foi o ato de lançamento da Campanha pelo Piso Nacional dos Vigilantes



Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura; o presidente da Federação Interestadual dos Vigilantes (Fevig), Moisés Alves da Consolação; o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Regiões, Cláudio José; o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Duque de Caxias, Carlos Gil; e o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis, Adriano Linhares.

Lançada em Niterói (RJ) no último sábado (13), a Campanha pelo Piso Nacional dos Vigilantes está mobilizando trabalhadores de todo o país. O ato de lançamento, realizado na Câmara de Vereadores da cidade, reuniu dirigentes sindicais, vereadores e vigilantes. Participaram da mesa de abertura o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura; o presidente da Federação Interestadual dos Vigilantes (Fevig), Moisés Alves da Consolação; o secretário geral da CNTV e presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Regiões, Cláudio José; o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Duque de Caxias, Carlos Gil; e o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis, Adriano Linhares.

A capacidade de luta e a força

dos vigilantes foram destacadas por Boaventura, que lembrou as conquistas ao longo de 30 anos de profissão, como reblindagem dos carros-fortes, os coletes à prova de balas, o reconhecimento do risco a que são expostos, e com isso a garantia do adicional de 30% de periculosidade. Nada disso foi conseguido sem esforço, afirmou. “Cercamos o palácio da Guanabara, o prédio sede do Departamento de Polícia Federal (DPF), e tudo teve resultado”, lembrou.

A nova batalha prova que aqueles que afirmavam que a conquista dos 30% encerrava as lutas da CNTV se enganaram. É necessário enxergar com clareza as dificuldades. “Quem é vigilante de verdade sabe que ainda temos muito a fazer. Temos muitos desafios,

sonhos”, assegurou Boaventura. Exemplo disto é a busca pela cota mínima de mulheres na categoria, especialmente nos bancos. Também é fundamental acabar com assédio e até mesmo estupro que se tem conhecimento.

O presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri, Amaro Pereira, destacou que toda a mobilização que tem sido convocada e o novo enfrentamento é para garantir o bem da categoria. O presidente da Fevig, Moisés Alves da Consolação, confirmou. “É de fundamental importância acreditar nesta luta. Ela começa aqui, mas marchamos em Brasília, ou em qualquer outro lugar, para garantir dignidade aos companheiros”, afirmou.

Fonte: CNTV



Amaro Pereira, Presidente sindicato dos vigilantes de Barueri/SP

Secretário Geral da CNTV e presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói recebe título de cidadão gonçalense



Claudio José recebeu das mãos do vereador José Carlos o título de cidadão Gonçalense

Em reconhecimento ao trabalho que vem realizando em prol da categoria de vigilantes o secretário Geral da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Regiões (SVNIT), Cláudio José, recebeu o título de Cidadão Gonçalense, oferecido pela Câmara de Vereadores de São Gonçalo (RJ), por meio do vereador José Carlos Vicente.

O título havia sido concedido em agosto passado, e foi entregue pelo vereador José Carlos Vicente ao vigilante durante o ato de lançamento da Campanha pelo Piso Nacional dos Vigilantes, realizado em Niterói (RJ), no sábado (13).

A vereadora Verônica Lima (PT), autora da lei dos biombos em Niterói, também participou do evento, destacou que, para se alcançar a vitória, é preciso lutar, e alertou: É preciso estar atendo às distorções existentes no exercício da função de vigilante. “A lei precisa ser cumprida”, declarou.

No final de 2013 o SVNIT conquistou o título de entidade mais atuante, concedido pelo jornal O Povo de São Gonçalo.

“Para mim, esse reconhecimento de autoridades e parlamentares reforça a vontade de lutar por esta categoria que muitas vezes é explorada por alguns maus empresários atuantes no ramo da segurança privada”, disse Cláudio. “Vou continuar lutando e buscando sempre defender minha categoria porque também sou vigilante”, completou.

Fonte: CNTV

Vigilantes da UFS, em Sergipe, ameaçam cruzar os braços nesta quarta

Os vigilantes contratados pela Rima Segurança, que prestam serviço para as unidades da Universidade Federal de Sergipe (UFS), ameaçam cruzar os braços na quarta-feira, 17. A alegação do presidente do Sindicato dos Vigilantes (Sindivigilantes), Reginaldo Gonçalves, é que a empresa atrasou mais uma vez os salários dos trabalhadores e que a situação já ficou insustentável.

“Pegamos hoje um ofício com a Rima, que se compromete em pagar nesta terça, 16, os salários de setembro. Se não pagarem, vamos fechar a entrada da UFS na quarta-feira, 17”, relata Reginaldo, que atribui culpa também a universidade, pois contratou a empresa e ainda não rescindiu o contrato.

Além da previsão de paralisação, Reginaldo afirma que vai protocolar no Ministério Público Federal (MPF) uma denúncia, no sentido de demonstrar

os atrasos dos salários, de informar que vigilantes com mais de dois anos de trabalho ainda não tiveram direito a férias e que há trabalhadores que já extrapolaram o prazo de realização da reciclagem.

“A empresa não respeita os trabalhadores”, resume o sindicalista, acrescentando que alguns funcionários estão desesperados, pois não têm como pagar aluguel ou dinheiro para se transportar.

A respeito do contrato firmado com a UFS, Reginaldo informa que o término é previsto para o fim deste ano e que uma nova licitação será aberta. Porém, ainda não se sabe se a Rima poderá participar desse processo novamente. “A polícia federal fez inspeção na UFS e abriu processo pedindo cancelamento do certificado de funcionamento da Rima. Sem esse certificado a empresa não pode participar da licitação”, explica.

Rima

A gerente da Rima em Aracaju, Regina Araújo, confirma que houve atrasos no salário, mas alega que não deixou de pagar as remunerações dentro do mês. A causa para a demora no pagamento é, segundo a representante, porque os procedimentos financeiros são feitos em Pernambuco. A respeito do último atraso, Regina informa que o sistema foi hackeado e que, inclusive, foi registrado um boletim de ocorrência. “Estamos realizando o procedimento manualmente. Pedimos um prazo até amanhã para realizar a quitação”, explica a gerente, que promete regularizar a situação a partir dos próximos pagamentos.

Fonte: Infonet

Suspensão da licitação é mantida e LMS permanece nos postos de trabalho em Macapá



Mais de 500 vigilantes atuam em órgãos municipais
(Foto: Abinoan Santiago/G1)

A justiça decidiu, nesta segunda-feira, 15, manter os serviços de vigilância da empresa LMS mesmo após término do contrato com a a Secretaria de Educação do Estado

do Amapá (Seed). O desembargador que assinou a decisão estabeleceu ainda uma multa de R\$ 110 mil reais por dia em caso de descumprimento.

Uma nova questão traz ainda mais discussão ao caso. De acordo com o informado pela prefeitura, só é possível manter 30% dos vigilantes que atuam em órgãos e escolas municipais de Macapá com o decreto emergencial. No total, são mais de 500 trabalhadores contratados da LMS que prestam serviço de vigilância.

O corte de 70% dos trabalhadores preocupa o Sindicato dos Vigilantes

do Amapá, que considera a demissão em massa como inaceitável. A entidade têm mantido diálogo com as empresas que irão assumir os postos de serviço, garantindo que os vigilantes recebam o salário para manter seus compromissos.

A CNTV está acompanhando de perto o caso e espera que a situação se resolva o mais breve possível, preservando o bem-estar dos trabalhadores.

Fonte: CNTV com informações do G1

TST condena empresa de telemarketing por fazer "política de gestação"

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou a Brasil Center Comunicações a indenizar em R\$ 50 mil uma operadora de telemarketing por estabelecer um "controle gestacional" de suas empregadas.

Na reclamação trabalhista, a empregada afirmou que a empresa teria realizado um "Programa de Gestação" a fim de regular qual empregada poderia ou não engravidar. Segundo ela, tal prática era ofensiva a sua honra e dignidade.

Conforme apurado, as regras eram enviadas por e-mail pela gerente e excluíam do cronograma as empregadas que não fossem casadas oficialmente. As que já tivessem filho somente poderiam engravidar depois das empregadas à frente na ordem de preferência. Se mais de uma empregada estivesse "elegível", a escolha deveria obedecer a ordem de chegada. O programa ainda orientava quem estivesse "elegível" para engravidar comunicar a empresa com antecedência de seis meses.

A gerente, em depoimento, disse que o e-mail não teria passado de uma "brincadeira envolvendo uma tentativa de colocar ordem na casa". A empresa, por sua vez, argumentou que sempre proporcionou à empregada

plenas condições de trabalho, em ambiente confortável e seguro.

A 5ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora (MG) decidiu pela condenação da empresa por danos morais no valor de R\$ 20 mil. O juízo considerou o episódio do e-mail "extremamente inadequado", e entendeu que houve afronta à liberdade das empregadas.

Já o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) considerou impropriedade o pedido da empregada. Para o TRT, não houve comprovação da proibição de engravidar em razão do procedimento adotado pela empresa. O caso chegou ao TST em recurso de revista interposto pela trabalhadora, visando ao restabelecimento da sentença.

"Fila"

O relator do processo na Sétima Turma, Ministro Vieira de Mello Filho, destacou que havia planilhas comprovando a existência de um "Programa Gestacional" criado por uma das representantes da empresa (a gerente), "no intuito de conciliar as gravidezes das empregadas com o atendimento das demandas de trabalho". As planilhas estabeleciam uma "fila de preferência para a atividade reprodutiva das trabalhadoras".

Esses documentos, segundo o relator, permitem concluir que todas as mulheres em idade reprodutiva constantes da planilha tiveram a sua dignidade e intimidade ofendidas, "destacadamente na possibilidade de decidirem com autonomia a respeito de seus projetos de vida, de felicidade e do seu corpo, resultando discriminadas em razão de sua condição feminina".

Em seu voto, Vieira de Mello ressalta que a Constituição Federal e a CLT já demonstram preocupação sobre a vulnerabilidade das mulheres no mercado de trabalho - a Constituição ao tratar da igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres, e a CLT, nos artigos 373 e 391, sobre as condições de acesso da mulher ao mercado de trabalho e as ilicitudes de conduta voltadas a estas, incluindo-se aí o controle do estado gravídico das trabalhadoras. "Jamais imaginei ter de analisar um caso como esse", afirmou.

O magistrado determinou que se oficiasse ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério do Trabalho e Emprego para que tomem as providências cabíveis para coibir a prática.

Fonte: TST

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF